

Mineração e urbanização no Sudeste Paraense: notas sobre a produção do espaço urbano e a *financeirização* da vida cotidiana.

(1) Ana Carolina Campos de Melo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA.

Resumo:

Num contexto de *urbanização extensiva*, onde o tecido urbano tende a se alastrar de forma ampla e contínua, integrando cada vez mais os espaços regionais em redes globais, o objetivo deste trabalho é explorar a relação atual entre urbanização e atividade da mineração na região de Carajás, no Sudeste Paraense. Nossa hipótese é de que há uma aproximação cada vez maior entre a esfera financeira e processos de transformação no uso do solo e, de que esses eventos têm sido mais evidentes em regiões de extração de recursos naturais. Através do caso de Parauapebas, evidenciamos a natureza desigual dos processos contemporâneos de urbanização e a articulação progressiva da vida cotidiana aos fluxos financeiros.

Palavras-chave: urbanização; mineração; financeirização; vida cotidiana.

Eixo Temático 4: Economia Mineira

1. Introdução

A partir da leitura de Martín Arboleda (2015a) sobre a *financeirização* da vida cotidiana nos Andes Chilenos, este artigo busca estabelecer diálogo com o tema em questão a partir da análise da região da Serra de Carajás, no Estado do Pará, norte do Brasil. Uma vez que processos e padrões semelhantes àqueles observados no caso chileno estão em curso em Carajás. Arboleda (2015a) mostra a partir do estudo de caso do Vale do Huasco, no norte do Chile, como a atuação de uma empresa de mineração transnacional, a Barrick Gold Corporation, e seu projeto multibilionário Pascua Lama, operando a partir dos imperativos de financistas e gestores corporativos localizados a milhares de quilômetros de distância do local de extração, tem resultado na produção de espaços urbanos fraturados, marcados por uma transformação intensiva do ambiente construído e natural, práticas de pilhagem sócio-ecológicas e pela formação de paisagens (financeiras) geograficamente desiguais.

Nossa hipótese é a de que há uma dinâmica global impulsionada pelo capitalismo neoliberal contemporâneo, que tem promovido nas últimas décadas uma aproximação cada vez maior entre a esfera financeira e processos de transformação no uso do solo. A partir dessa análise buscamos evidenciar uma tendência urbana observada nos locais impactados por indústrias de mineração, na periferia capitalista: de um lado, a natureza desigual dos processos de urbanização extensiva, que tendem a (re)produzir espaços urbanos fragmentados e segregados e, de outro, um processo progressivo de *definanceirização* da vida cotidiana, incluindo segmentos da população empobrecidos e marginalizados, anteriormente excluídos do acesso ao crédito e, atualmente enredados de forma predatória por estratégias financeiras que tem aprofundado, ao invés de reduzir as desigualdades sociais e de classe (Wyly et al., 2008).

Este trabalho fundamenta-se numa leitura dialética do urbano como “uma condição sistêmica de abrangência global, socialmente contraditória, e de abstração do concreto” (Peck, 2014, p. 167), na qual o todo se expressa através da parte, de tal forma que a parte pode ser considerada uma forma de representação (parcial) do conjunto (Ollman, 2003). Assim como Arboleda (2015a), assumimos as noções de “níveis” e “totalidade” desenvolvidas por Henri Lefebvre com objetivo de estabelecer a possibilidade de comparação entre os estudos de caso e, ao mesmo tempo, um diálogo entre teorias. Em última instância, buscamos evidenciar, em um contexto de mineração transnacional e privada, como o processo de *definanceirização* dos recursos naturais tem mobilizado uma relação (dialética) entre o sistema financeiro mundial, locais de extração de recursos naturais e a produção do espaço urbano cotidiano. Para dar concretude a essa análise relatamos o caso de Parauapebas, cidade que surgiu como assentamento informal no sopé da Serra de Carajás, com a descoberta de jazidas de minério de ferro, na década de 1960. Parauapebas vivência desde a sua criação uma intensa transformação do ambiente natural e construído em decorrência da atividade mineradora.

Assim como o cenário do Vale do Huasco, no Chile, o caso de Parauapebas, constitui um exemplo evidente das complexas relações entre os três níveis da realidade social, o privado, o urbano e o global. Em ambas as regiões, a *financeirização* e a *transnacionalização* de seus projetos de mineração, criaram conexões diretas entre os locais de extração mineral e o sistema financeiro mundial, de tal forma que o local e o global, tornaram-se dialeticamente interligados pela circulação e acumulação de capital.

Segundo Arboleda (2015a), casos como esses servem para ilustrar de que forma o sistema financeiro se projeta como uma força diferenciada, que penetra cada vez mais as relações sociais, em uma rede complexa que integra todos os níveis da realidade. Uma leitura neste sentido fornece fortes fundamentos de que essas dinâmicas estão na base do processo de

urbanização extensiva da sociedade, não só na esfera mais ampla das relações político-econômicas, mas também em termos da experiência cotidiana.

2. Revisitando a teoria lefebvriana, a noção de *níveis* e *totalidade*

Neste artigo a noção de *totalidade* é utilizada no sentido de articular as múltiplas conexões entre os níveis privado, urbano e global da vida social (Lefebvre, 2008 [1970]). Segundo o pensamento lefebvriano, se nos afastamos da ideia de *totalidade*, nossa interpretação teórica do mundo reduz o real apenas a sua aparência, isto é, a um amontoado de fragmentos incoerentes e desarticulados. Além disso, Lefebvre agrega uma contribuição fundamental para a compreensão de totalidade, superando os conceitos rígidos de base e superestrutura. Com sua noção de *níveis* da realidade social ele alcança uma formulação teórica mais flexível e bem-acabada para a interpretação da totalidade histórica do capitalismo.

Em sua obra *Revolução Urbana* (2008 [1961]), Lefebvre concebe a totalidade social como o resultado das múltiplas inter-relações entre níveis no eixo espaço-temporal –um todo formado pela interação entre um nível *global* (G); um nível *misto* (M); e um nível *privado* (P). O nível global corresponde à esfera mais ampla do poder político-econômico, representado atualmente pelo paradigma neoliberalismo global. Com mais detalhe podemos dizer, que para Lefebvre, o global é o nível:

(...) das *relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas* e, no entanto, essenciais: mercado de capitais, política do espaço. (...) Esse nível global, ao mesmo tempo social (política) e mental (lógica e estratégia) projeta-se numa parte do domínio edificado: edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura, cidades novas. Projeta-se também no domínio não edificado: estradas e auto-estradas, organização geral do trânsito e dos transportes, do tecido urbano e dos espaços neutros, preservação da “natureza”, sítios, etc. (...) é, portanto, o nível do que chamaremos o *espaço institucional*. (Lefebvre, 2008 [1970], p. 76).

Já o nível misto equivale à esfera específica do urbano, aquilo que está contido entre os níveis global e privado. O urbano apreende tanto elementos relacionados com o local (a instância mais imediata, a *ordem próxima*), quanto os elementos relacionados com o contexto geral e abstrato (as condições globais, a *ordem distante*).

Enquanto o nível privado é a esfera da vida cotidiana, do *habitar*, da vizinhança. É tudo aquilo que se apresenta no “chão da vida”. Nesse sentido, o nível privado corresponde à instância mais concreta, mas nem por isso desprezível:

O habitarnão deve mais ser estudado como resíduo, como vestígio ou resultado dos níveis ditos “superiores”. Deverá (...) ser considerado como fonte, como fundamento, como funcionalidade e transfuncionalidade essenciais. (...) o que parecia subordinado eleva-se ou retorna ao primeiro plano. (p. 81).

Nesse artigo as intrínsecas relações dialéticas entre vida cotidiana (P), urbana (M) e global (G) são mobilizadas com objetivo de lançar luz sobre a complexa relação entre as dinâmicas financeiras contemporâneas e o processo de urbanização. Segundo Arboleda (2015a), as investigações sobre financeirização têm se concentrado fundamentalmente no nível global, negligenciando outras unidades sócioespaciais relevantes, como a cidade, a região e o agregado familiar, que também são centrais para produção e reprodução do sistema financeiro mundial.

Assim como outros autores da tradição de investigação dialética, Lefebvre apresenta uma compreensão relacional do mundo, considerando a relação mútua entre as partes e o todo como uma evolução contínua e co-determinada. Esse procedimento metodológico nos permite visualizar não apenas “como o todo se expressa através da parte, mas como o constante fluxo

entre as peças reconfigura o todo” (Arboleda, 2015a, p. 5), dando prosseguimento a essa ideia Arboleda argumenta:

A própria noção de financeirização, normalmente entendida como uma alteração do comércio, dos investimentos e de práticas de consumo entre agentes cruciais da acumulação capitalista, tais como empresas não financeiras, bancos, trabalhadores e famílias (...) implica uma concepção da prática social comointernamente relacionada, que dialeticamente liga redes globais de instituições até o imediatismo da casa.

Arboleda (2015a) também ressalta a noção de “financeirização” como um conceito controverso, que assume diferentes significados e características a depender do contexto e do quadro teórico. O autor relata a alegação de autores que consideram que o trabalho não é mais o elemento central do lucro das empresas, e que a *financeirização* implica justamente em “lucrar sem produzir”. Diversas investigações sobre as “ecologias financeiras” afirmam que houve um descolamento entre a esfera financeira e a produção efetiva, mas essa desarticulação entre o capital financeiro e sua base monetária é apenas aparente (Marx, 2010 [1894]). Assim como no cenário Chileno, o caso de Parauapebas irá mostrar que a relação entre produção e finanças continua a ser fundamental.

O processo de expansão territorial do capitalismo financeirizado não está presente apenas em áreas metropolitanas, pelo contrário, está se alastrando cada vez mais para as diversas periferias (Fix, 2011, Melazzo, 2013). Segundo Brenner (2014) na esteira de um evidente processo de urbanização extensiva áreas distantes e importantes do ponto de vista da biodiversidade estão sendo progressivamente alcançadas e integradas a este processo.

A noção de *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994), deriva da leitura de Henri Lefebvre sobre a “zona urbana”, segundo o autor seria um estágio da formação sócioespacial contemporânea, em que há uma ruptura da cidade em um movimento dicotômico de implosão/explosão: a do centro urbano, enquanto aglomeração, resultado da *implosão* do locus de poder, e ao mesmo tempo articulada a *explosão* do tecido urbano, enquanto trama de relações sócioespaciais que se espalha em um processo contínuo, por vastas áreas do território, através de redes físicas e virtuais de infraestrutura e comunicação, como é o caso da própria atividade de extração de recursos naturais e seu corolário de impactos (explosão) sociais, ambientais e urbanos, associada a uma série de novos costumes e instituições sociais (implosão).

No mundo contemporâneo cada vez mais o capital financeiro tem atuado como força motriz do processo de *urbanização extensiva*, através de projetos de investimento de capital intensivo para produção energia, extração mineral, arranjos logísticos etc., em uma escala sem precedente (Harvey, 2013 [1982]; Harvey, 2011 [2010]), espalhados por vastas regiões do globo. Segundo Harvey, nesse processo o capital fictício é tão fundamental para acumulação quanto o capital fixo, há na verdade uma imbricação persistente entre os dois. Para o autor é impossível imaginar “uma sociedade em que o investimento em apropriação (rendas, dívidas do governo etc.) parece tão importante quanto o investimento na produção” (Harvey, 2013 [1982], p. 344). Daí deriva outro *insight* fundamental do geógrafo (2011 [2010]), a de que o ambiente construído absorve enormes quantidades de capital, tanto em seu processo de construção quanto de manutenção. Nessa via, a urbanização se torna fundamental para a absorção do capital excedente e, além disso, a transformação intensiva do ambiente construído só é possível, através da mobilização de um enorme poder financeiro, portanto:

(...) investimentos maciços no ambiente construído, tais como os exigidos para projetos de mineração, seriam simplesmente insustentáveis sem compromissos sistemáticos entre os produtores físicos e o sistema de crédito (Harvey, 2006 [1982]). Ao longo deste processo, bolsas de valores, comerciantes, investidores institucionais e tecnocratas se entrelaçam nas relações de transformação mútua de geografias remotas que se tornam rapidamente urbanizadas. (ARBOLEDA, 2015a, p. 6).

Harvey (2013 [1982], p. 452), também ressalta como o mercado fundiário e o mercado de capitais fictícios determinam de modo decisivo a alocação de capital à terra e, desse modo, moldam a estrutura geográfica da produção, a dinâmica dos espaços de reprodução e das divisões de trabalho no espaço.

A partir da abordagem *lefebvriana* de interação entre os níveis, o estudo de caso sobre a região da Serra de Carajás, ilustrará como práticas cotidianas no nível privado, envolvendo atividades micro-financeiras, estão conectadas com dinâmicas mais amplas da economia capitalista global. Este cenário local visa ilustrar como a inserção de famílias pobres no circuito de crédito pode ser interpretada como uma expressão das transformações urbanas que estão acontecendo em regiões impactadas, sobretudo nas regiões do Sul global, por indústrias de mineração transnacionais sob os efeitos de decisões e estratégias ligadas ao sistema financeiro global.

3. A Serra de Carajás e as estratégias corporativas da Vale

A empresa Vale foi fundada em 1942, como resultado dos acordos entre os governos brasileiro, inglês e americano durante a segunda guerra. Dentre uma série de resoluções, o chamado “Acordo de Washington” instituiu a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com objetivo de criar uma empresa estatal especializada em explorar, comercializar e distribuir minério de ferro para abastecer a indústria bélica britânica e americana. Dessa forma, a empresa já nasceu umbilicalmente ligada ao mercado externo.

Na década de 1950, a ampliação do número de países produtores de minério de ferro, aumentou a competitividade entre as empresas, reduzindo o preço do minério de ferro, o que levou a CVRD a buscar novos mercados consumidores, como Japão, Alemanha Ocidental e Canadá. No período 1961 a 1967, o Japão passou a representar de 7,97% a 22,76% das exportações de minério de ferro da CVRD e ocupou a posição de segundo maior destino das exportações da mineradora brasileira. Durante os anos 1980, o mercado asiático liderado pelo Japão foi o principal consumidor das exportações da CVRD, próximo a 48% do total produzido (Ibase, 2014). Durante este período, a Vale se tornou a principal empresa exportadora do Brasil

Neste contexto, o regime militar foi em grande parte responsável por posicionar o Brasil no sistema mundial como fornecedor de matérias-primas, isso porque ao mesmo tempo em que estimulou o processo de industrialização no país, lançou as bases para o desenvolvimento da matriz minério-exportadora. Entre as décadas de 1970 e 1980 houve o desenvolvimento da produção de matérias-primas, devido ao significativo aporte de investimentos destinados aos grandes projetos, entre os quais figurava o Projeto Grande Carajás (PGC), o principal no setor minero-metalúrgico. Em 1985, após duas décadas de negociações políticas e econômicas, entrou em operação o Complexo de Carajás – jazida, cidade, instalações de beneficiamento, estradas e ferrovias –, para compor a maior mina de ferro do mundo (Bunker, 2007a).

Em um contexto de crescente demanda e flutuação dos preços no mercado internacional, a CVRD tornou-se uma das empresas mais importantes na indústria de minério de ferro. Antes da privatização, a empresa formava um conglomerado de 30 empresas, com lucro líquido entre de US\$ 300 a US\$ 700 milhões, contrariando o argumento de que a empresa era deficitária nos anos anteriores a privatização (Ibase, 2014). A privatização da CVRD, em 1997, fez parte de uma onda de privatizações de empresas estatais brasileiras, que resultou em uma extraordinária apropriação de capital pelo setor privado nacional e

estrangeiro, orquestrada por uma aliança entre os poderes de Estado e instituições financeiras, baseada em uma fase de consolidação da ideologia e da política neoliberal em todo o mundo.

Nas últimas décadas a produção de minério de ferro pela Vale apresentou crescimento contínuo, registrou 31,8 milhões de toneladas em 1989; 45,8 em 1998; 97,3 em 2008 atingindo em 119,7 milhões de toneladas em 2014, com uma expansão de 276% nos últimos 26 anos. A empresa produz cerca de 40 produtos de minério de ferro, nas categorias pelletfeed, sinterfeed, granulado e pelotas.

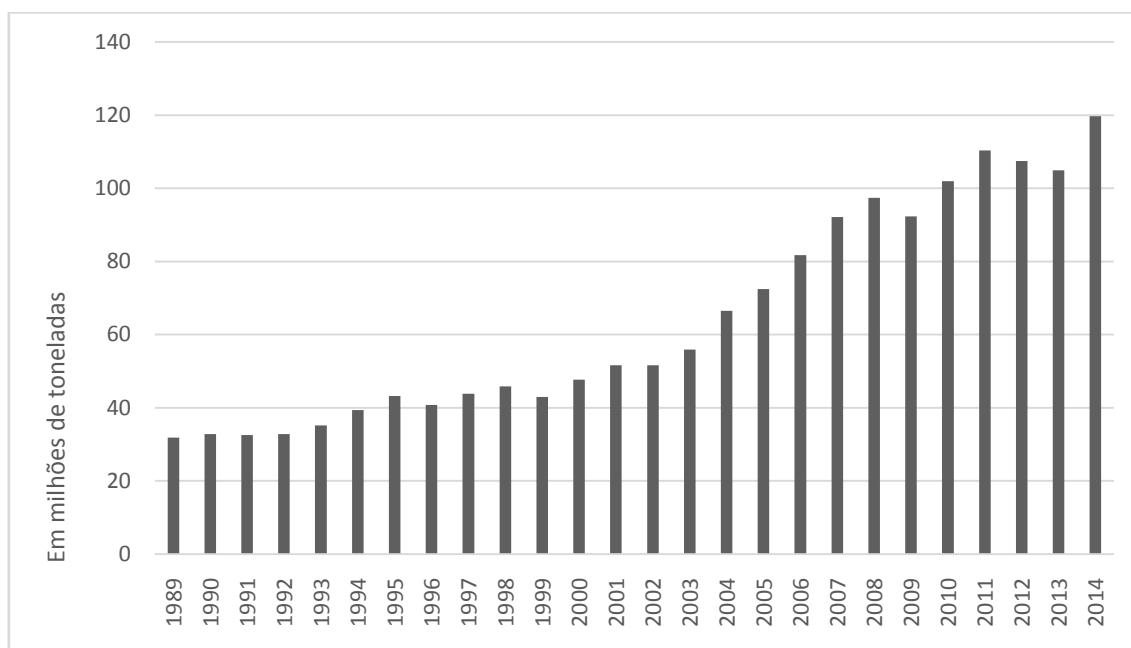


Figura 1 – Produção de minério de ferro no município de Parauapebas. Fonte: DNPM (2015)

Em 2009 a produção de minério de ferro totalizou 92,3 milhões de toneladas. Em comparação com 2008 houve uma diminuição de 5,2%, provocada pela desaceleração do mercado chinês, após a crise de 2008. Em 2010, houve recuperação e a produção atingiu 101,9 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Nos anos de 2012 e 2013 houve queda na produção devido à desaceleração da indústria siderúrgica mundial, em função disso a VALE a paralisou temporariamente algumas de suas usinas. Posteriormente, a produção atingiu 119,7 milhões de toneladas, com 14,8 milhões de tonelada acima do volume produzido em 2013.

A extração de recursos naturais não tem sido a única fonte de capital da CVRD e das indústrias de mineração em geral. Em 1988, ainda na época da empresa estatal, a CVRD começou a vender sua produção de minério de ferro no mercado futuro. Após a privatização, as ações da Vale passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYMEX). Em 2007, as ações da Vale foram as mais negociadas entre as empresas estrangeiras, atingindo um giro médio diário de US\$ 725,5 milhões. Nesse sentido, a Vale confirma uma tendência cada vez mais forte entre as empresas mineradoras, a forte interdependência entre a combinação da produção física e sofisticadas estratégias financeiras. Do capital total da empresa, 61% estão disponíveis para negociação através de ações, dos quais 40,8% é composto por investidores não brasileiros e 20,2% por investidores brasileiros, o que revela seu caráter transnacional, sua forte orientação comandada por acionistas e em favor da lucratividade financeira. Em 2014, a proposta de remuneração mínima da Vale para seus acionistas foi de US\$ 4,2 bilhões (Ibase, 2014).

A inserção de lógicas financeiras na governança corporativa da empresa também pode ser observada em sua orientação para elevar a remuneração de seus acionistas, em resposta às

pressões exercidas por investidores institucionais, como os fundos de investimento, de pensão, sociedades, etc. Em períodos recessão, como o que está em curso desde 2011, os investidores pressionam a gestão a abandonar estratégias expansionistas, colocando a venda uma série de ativos da empresa. Através do programa de desinvestimentos a Vale vendeu seu capital investido na Usiminas (2,93% do total); seus ativos na International Metals Reclamation Company (Inmetco) (US\$ 38,6 milhões), e na Jinco Nonferrous Metals Co. Ltd. (Jinco) (US\$ 6,5 milhões); 76,7% de sua participação na Inco Advanced Technology Materials (Dalian) e 77% da Inco Advanced Technology Materials (Shenyang), totalizando entre 2009 e 2010 uma arrecadação de US\$ 100 milhões (Ibase, 2014). Essa mudança nas estratégias da empresa revela uma abordagem mais conservadora na alocação de capital, que tem sido uma tendência geral entre os produtores de matérias-primas (Arboleda, 2015a). Nesse sentido, as estruturas de poder internas se alteram, com objetivo de fazer convergir os interesses entre: os especuladores de *commodities*, os gestores da empresa e os acionistas, priorizando uma visão de curto prazo, em detrimento de um crescimento sustentado a longo prazo.

Durante as duas últimas décadas o mercado asiático emergiu como principal consumidor de matérias-primas produzidas pelas economias orientadas à exportação de *commodities*. Segundo Harvey (2011 [2010], p. 219), a voracidade chinesa por matérias-primas não apenas induziu o comércio em favor dos produtores de matérias primas, como desencadeou uma intensificação da concorrência entre Estados, empresas e elites locais pelo controle da terra e dos recursos naturais. Na esteira desses acontecimentos, o chamado *boom* das *commodities* tem sido considerado uma das determinações mais importantes para o processo de *urbanização extensiva* (Arboleda, 2015b).

As *commodities* são recursos naturais negociados no mercado financeiro, a partir da comercialização de insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais. Durante a década de 1990, a complexificação e flexibilização do mercado de *commodities*, com pouca ou nenhuma regulação, aumentou as formas de investimento no ativo e fizeram os contratos futuros de *commodities* subirem de US\$ 418 milhões em 2001 para US\$ 2,6 trilhões em 2011. Com isso muitos investidores passaram a comprar *commodities* no mercado futuro somente por especulação financeira. No entanto, essa volatilidade nos preços das *commodities*, induz a distorções nos preços desses recursos (petróleo, metais, madeira, carvão e alimentos) (Ibase, 2014).

O *boom* das *commodities*, impulsionado principalmente pelos investimentos chineses, tem produzido flutuações nos preços dos alimentos e está transformando grande parte África, América Latina e Ásia central e, países como Austrália, em produtores-periféricos, sem considerar a degradação do solo e o esgotamento de recursos (Harvey, 2011 [2010]). Na última década, a própria especulação sobre a escassez futura de matérias-primas, contribuiu para o aumento dos preços da maioria das matérias-primas.

Para Arboleda (2015b), além do frenesi especulativo com preço das *commodities*, a *financeirização* de recursos naturais, também envolve uma transformação fundamental no comportamento dos produtores. Essa mudança de comportamento se traduz na *financeirização* de empresas não financeiras, dentro de uma tendência geral, na qual os gestores das empresas, na tentativa de driblar os fracos resultados em termos de produção física, começam competir por resultados financeiros. A aproximação da Vale com o mercado financeiro iniciou em 1988, quando a empresa ainda estatal, começou a vender sua produção de minério no mercado futuro. A partir de 2001, houve uma intensificação do processo de internacionalização da empresa, com valorização de 834% nas ações da empresa no período de 2001-2011 (Ibase, 2014), o que releva a intenção da empresa mineradora em manter boas relações com o mercado financeiro e bons resultados para seus acionistas.

Atualmente, Vale é líder mundial na produção e exportação de minério de ferro, atua em mais de 38 países, com atividades de exploração mineral em 21 países, sendo a única proprietária do Complexo Grande Carajás. Em 2013, o lucro líquido da empresa foi de US\$ 406 milhões, o que lhe rendeu o título de principal empresa exportadora no Brasil. As exportações da Vale em 2013 somaram US\$ 26,5 bilhões, contra US\$ 25,57 bilhões em 2012 (alta de 3,6%), mantendo a participação da empresa total das exportações do país em 11%. Do total de vendas da empresa, 54,2% foram para a Ásia e 38,6% para a China (Ibase, 2014).

Assim como diversas empresas de mineradoras, a Vale é hoje controlada por investidores institucionais, na forma jurídica da empresa Valepar, um consórcio composto pelas empresas Litel Participações S.A., Elétron S.A., Bradespar S.A., Mitsui e BNDESPAR. Os investidores institucionais, na forma de representantes de ativos agrupados, tendem a exercer grande pressão sobre as estratégias de gestão, priorizando ações insustentáveis em longo prazo. Essa dinâmica tem como consequência resultados predatórios tanto do ponto de vista social (ondas de demissões em massa, terceirização de trabalhadores, redução de salários, aumento da jornada de trabalho, redução de benefícios etc.), como ambiental (contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água, destruição de sítios arqueológicos, remoção de biomas no local da cava, etc.).

No nível global, as empresas de extração de recursos promovem este tipo de reestruturação produtiva em busca das melhores remunerações para seus acionistas. No nível urbano e privado essas ações resultam, frequentemente, na criação de espaços fraturados, a partir da distribuição desigual de seus efeitos no ambiente natural e construído e entre diferentes populações (Bunker, 2007b), bem como em conflitos e tensões constantes entre as estruturas espaciais e sociais que formam a paisagem geográfica (Silva; Santos, 2010).

4. A *financeirização* da vida cotidiana na cidade de Parauapebas

Parauapebas foi formada a partir da implantação do Programa Grande Carajás (PGC), inicialmente como um pequena cidade planejada para seus funcionários terceirizados, localizada no portão de acesso da Floresta Nacional de Carajás, onde está situado o complexo minerador de Carajás e o núcleo urbano destinado aos funcionários de alto escalão, como diretores e gerentes da empresa. Essa pequena comunidade foi rapidamente absorvida por um assentamento espontâneo de migrantes à procura de emprego (trabalhadores, comerciantes, prostitutas, etc.) (Bunker, 2007b). Em 1988, o município se emancipou de Marabá (a 170 km de distância), devido às pressões associadas à atividade mineradora e ao crescimento vertiginoso da população. A cidade dependente fortemente da dinâmica da mineração e conta com mais 150 mil habitantes, estima-se que entre 1991 a 2000, a população cresceu por ano a uma taxa média de 7,77%, e entre 2000 e 2010, a uma taxa anual média de 7,96% (IBGE, 2010).

A atividade da empresa mineradora impactou fortemente os grupos tradicionais da região, como trabalhadores rurais, pequenos agricultores, quilombolas e grupos indígenas; e as camadas de baixa renda residentes nas periferias (Bunker, 2007a, 2007b). Desde a instalação da atividade mineradora, a região de Carajás lidou com grandes modificações sociais, econômicas e ambientais em seu território. No entanto, com a intensificação do processo de internacionalização da empresa, a partir de 2001, e com o aumento das exportações chinesas na última década, houve um recrudescimento extraordinário das transformações no espaço urbano, assim como no caso chileno, essa virada coincide com a emergência do capitalismo neoliberalizante nesses contextos (Arboleda, 2015a). Obras de infraestrutura urbana (abertura de estradas, novos prédios públicos, etc.) e de produção de casas populares passaram a dividir espaço com os grandes investimentos privados na construção da cidade, como a inauguração do primeiro *shopping center* da cidade e lançamento de condomínios de luxo, loteamentos

urbanizados, lojas de varejo, hotéis e centros comerciais, numa escala e velocidade muito superior ao movimento de expansão urbana experimentado nas décadas anteriores.

Em quase todas essas experiências, as representações de modernidade e progresso e, por trás delas a natureza urbano-industrial da produção imobiliária, estavam presentes. Essas ideias não são inteiramente novas neste contexto, desde a década de 1960, quando o regime militar alavancou grandes investimentos na região as concepções de “moderno” e “progresso” vieram junto. Mas, naquela ocasião essas ideias, de forma geral, foram mobilizadas na escala regional, o urbano não era o foco do projeto modernizador à exceção da pontual obra de construção de cidades novas para empresas, como o Núcleo Urbano de Carajás. Cinco décadas transcorreram até que a concepção de modernidade fosse introduzida ao nível urbano no sudeste paraense e, novamente, o “pacote moderno” adveio de interesses distantes, neste caso como subproduto de um período de crescimento vertiginoso das exportações da Vale, do aumento do preço do minério de ferro e do *boom* imobiliário alavancado por ações do governo federal, como o programa Minha Casa Minha Vida.

Em Parauapebas, o crescimento econômico associado ao mercado das *commodities* minerais, resultou num processo de *urbanização extensiva* manifesto não apenas no ambiente construído, mas também em termos de mudança nos modos de vida da população local. A chegada de novas empresas imobiliárias, shoppings centers e de lojas de varejo, e com elas a difusão de novos gostos e necessidades, tornou-se uma âncora para a integração dessa população ao mundo de consumo. Em grande parte, isso também ocorreu devido ao afluxo de investimentos federais para a escala urbana, como aqueles alocados através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa foi estruturado para ser executado pela iniciativa privada, garantindo ao setor imobiliário liberdade para atuar nos seus termos, por meio da escolha de localização e da escala de produção dos empreendimentos, de modo a assegurar as margens de lucro almejadas e permitir a recuperação financeira das grandes incorporadoras nacionais de capital aberto¹. A criação do programa como uma ação estratégica anti-cíclica, deu fôlego ao setor da construção do civil durante a crise financeira mundial de 2008. Na esteira desses acontecimentos cidades não-metropolitanas, tornaram-se alvos potenciais para os grandes empreendedores imobiliários vinculados ao programa (Melazzo, 2013), como aconteceu em Parauapebas.

Nesse processo não apenas proprietários fundiários passaram a atuar nestas áreas, mais um conjunto de agentes associados à produção do espaço urbano: incorporadores, instituições financeiras, corretores e o próprio poder público; juntos eles formaram uma aliança para promover o crescimento urbano, uma espécie de “máquina imobiliária do crescimento” (Molotch e Logan, 1987). Essas coalizões têm capacidade de mobilizar a população em torno dos novos empreendimentos, através de uma ação e de um discurso muito bem articulado, incluindo um massivo investimento em campanhas de *marketing*, exaltando as excepcionalidades de determinadas áreas, assim criam um consenso entre os moradores de ali existe uma nova centralidade urbana (Ventura Neto, 2012).

Assim como na cidade chilena de Vallenar, no nível misto, entendido como o nível especificamente urbano, a *urbanização extensiva* também pode ser observada no mercado imobiliário. Em Parauapebas, o ritmo de transformação do ambiente construído acompanha as flutuações do preço do minério de ferro no mercado internacional. Durante a última década, quando houve aumento do preço e da produção do minério, o mesmo efeito se refletiu

¹ Desde 2005, diversas empresas imobiliárias ofertaram ações na bolsa de valores (Bovespa): Cyrella (2005); Gafisa (2006); Rossi (2006); Camargo Corrêa (2007); Rodobens (2007); InPar (2007); PDG (2007); MRV (2007); Tecnisa (2007); Direcional (2009); com implicações diretas nas estratégias de mercado, no padrão de expansão, nas características da produção e nas formas arquitetônicas e urbanas de produção dessas empresas. Ver Shimbo (2010); Fix (2011); Mendonça e Costa (2011); Maricato (2011); Melazzo (2013).

nos preços dos imóveis e de unidades produzidas. Essa alta também coincidiu com o cenário institucional favorável ao setor imobiliário de capital privado no Brasil, e foi seguida pelo lançamento do PMCMV em 2009, o qual reforçou o movimento estrutural de fortalecimento das empresas imobiliárias e de construção civil no País (Maricato, 2011; Fix, 2011; Melazzo, 2013).

Atraídas pelos bons resultados da atividade mineradora – uma combinação entre o aumento da demanda chinesa por minério de ferro e a valorização das *commodities* metálicas no mercado internacional no período de 2003-2011 (Ibase, 2014), as empresas nacionais de construção civil, como a WTorre, Premium Engenharia e a Cipasa Urbanismo lançaram diversos empreendimentos em Parauapebas: *shopping center*, condomínios horizontais e verticais com até 8.500 unidades, além de obras públicas, como a nova sede da prefeitura e a construção de estações de tratamento de água e esgoto. Além dessas construtoras, as empresas regionais Buriti e Nova Bairros Planejados, também lançaram seus empreendimentos, os loteamentos “Cidade Jardim” e “Nova Carajás”, respectivamente. Juntos eles representam hoje 30% do tecido urbano de Parauapebas, distribuídos na forma de 33 mil lotes urbanizados, ambos a margem da rodovia PA-275, principal corredor viário da cidade.

Com a expectativa do projeto S11D, em Canaã dos Carajás, município localizado a 67 km de distância de Parauapebas – formado por uma mina e usina com capacidade nominal de extrair 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano – investidores locais, regionais e nacionais passaram a construir lojas de varejo, hotéis e centros de convenções, prevendo os fluxos migratórios de funcionários públicos e privados bem remunerados e empresários para região. No entanto, com a desaceleração da economia chinesa e com a queda no preço do minério de ferro, houve um arrefecimento do mercado imobiliário diante da especulação, resultando em um alto número de imóveis desocupados.

Enquanto em Vallenar, cidade chilena localizada no Vale do Huasco, as distorções microeconômicas impulsionadas pela atividade mineradora atraíram diversas cadeias de varejo (Arboleda, 2015a), processo que serviu para demonstrar a conexão cada vez mais evidente entre o sistema financeiro e os diferentes níveis da realidade social (global (G), urbano (M) e cotidiano (P)). Em Parauapebas essa relação foi circunscrita pela forma como o mercado imobiliário passou a atuar no local, revelando como esses diferentes níveis da realidade social interpenetram e moldam a forma como o espaço urbano é produzido, tanto de forma material como representativa (Arboleda, 2015, p. 9). Em Parauapebas, a relação entre o circuito imobiliário e a dinâmica das famílias residentes no local, nos permite visualizar como as conexões locais, estão ao mesmo tempo vinculadas a processos que ocorrem na escala global do capitalismo. Assim, o *boom* de empreendimentos imobiliários no Brasil está associado a uma tendência global intensificada nos anos 1980 em diversos países, com a ascensão da doutrina neoliberal, de aproximação dos vínculos entre o imobiliário e o financeiro:

(...) Da mesma forma que o capital pode operar em ambos os lados da oferta e demanda da força de trabalho (...), ele pode operar em ambos os lados da relação produção-realização, pelo sistema de crédito. Uma fonte cada vez mais liberal de crédito para futuros proprietários, acoplada a uma fonte igualmente liberal de crédito para os promotores imobiliários, leva a um crescimento maciço em habitação e desenvolvimento urbano (como aconteceu na Flórida e na Califórnia nos últimos anos). (...) Isso concentra imenso poder social e econômico dentro do sistema de crédito. Mas, para se sustentar, também exige que o crédito se expanda a uma taxa composta, como de fato aconteceu nos últimos vinte anos. (HARVEY, 2011 [2010], p. 98)

A crise financeira mundial evidenciou o alcance dos vínculos entre o imobiliário e o financeiro que, em diversos países, intensificaram-se a partir dos anos 1980. O crescimento dos empréstimos de tipo *subprime* – considerados estopim da crise atual – fez parte do salto ocorrido na massa de capital fictício nesse período. Entre 1980 e 2010, o valor dos ativos financeiros mundiais – ações, debêntures, títulos de

dívida públicos e privados, e aplicações bancárias – cresceu 16,2 vezes enquanto o PIB mundial aumentou pouco menos do que 5 vezes no mesmo período¹ (FIX, 2011, p. 2).

Segundo Fix (2011, p. vii) a entrada de novos fluxos de capitais em empresas imobiliárias, associadas ao mercado financeiro, impulsionam transformações em suas estratégias territoriais e de mercado, no canteiro obras e na forma imobiliária. E poderíamos acrescentar, a partir da leitura de *Febvriana*, as mudanças operadas na vida das pessoas em função desse processo. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, tornou evidente essa conexão entre o mundo das finanças e a escala da vida cotidiana, especialmente na medida em que o PMCMV é acompanhado pelo programa Minha Casa Melhor que financia a aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para pessoas vinculadas ao PMCMV. O governo federal disponibiliza crédito no valor de até R\$ 5 mil reais, através da Caixa Econômica Federal como agente operador e financeiro do programa. Através do acesso a habitação e ao consumo de produtos domésticos o governo insere no sistema financeiro, segmentos da população que até então tinham restrição de acesso ao crédito devido aos seus baixos rendimentos e da situação informal ou instável do emprego e/ou da moradia.

Como destacado por Arboleda (2015, p. 9) “o sistema financeiro tende a fazer grandes esforços para projetar suas redes em diferentes tipos de paisagens financeiras”, dessa forma o mercado passa a ser ampliado, incluindo indivíduos e famílias com histórico de crédito mais frágeis, especialmente mutuários socialmente marginalizados, sub-remunerados, terceirizados ou empregados temporariamente (Harvey, 2011[2010]). Durante nosso trabalho de campo nos conjuntos habitacionais do PMCMV em Parauapebas, atestamos grande número de famílias com endividamento desproporcional à renda e com dificuldades de manter suas atividades econômicas, com inúmeros relatos de mulheres solteiras, com mais de um filho, sem emprego ou com muita dificuldade de mantê-lo devido à distância em relação ao local de trabalho; de homens que abandonaram a família para manter o emprego formal; e, de trabalhadores informais que perderam suas ocupações após a mudança de residência (ex. lavadeiras, biscates, feirantes, etc.). Como evidencia Arboleda (2015), a proliferação de práticas financeiras entre as famílias e o comércio local mostra como a *urbanização extensiva* integra processos complexos, resultantes da transformação econômica que se estendem da escala da vida cotidiana até a escala global e que causam um impacto extraordinário do ponto de vista social, urbano e ambiental.

A onda de concessão de crédito se estendeu aos empreendedores imobiliários regionais e locais, que passaram a oferecer financiamentos próprios, sem recorrer à intermediação de bancos, especialmente destinado à população de média e baixa renda. Em um contexto de *financeirização* das commodities e transnacionalização da empresa Vale, observamos que os novos produtos financeiros têm alcançado diversas escalas e segmentos, incluindo os atores sociais mais vulneráveis. Especialmente os migrantes pobres, até então ineligíveis ao crédito, tornaram-se dependentes do sistema financeiro.

As novas formas urbanas criadas em Parauapebas também estão associadas ao tempo acelerado do mercado e a criação de novas necessidades de consumo. O imóvel passou a ser visto sobretudo, como um ativo financeiro, o qual deve gerar alta rentabilidade e liquidez (Fix, 2009). Nesses contextos a produção passa a ser mobilizada para construção de espaços homogêneos e, por isso artificiais, verdadeiras “ilhas não-urbanas” (Muxi, 2004).

A configuração dessas novas relações no sistema financeiro, capazes de articular o local, o urbano e global, em última instância revelam a natureza desigual do processo de *urbanização extensiva*, na forma de transformações intensivas do ambiente construído e natural, de práticas de pilhagem sociais e ecológicas e na formação de paisagens (financeiras) geograficamente desiguais. Como desdobramento, realiza-se *destruição criativa* de traços culturais tradicionais e dos arranjos socioeconômicos preexistentes, em favor de práticas

modernas hoje, cada vez mais financeirizadas. A aproximação entre a esfera financeira e os processos de transformação no uso do solo em regiões de extração de recursos naturais, se traduzem reconfigurações radicais na vida diária, nas paisagens, nas relações de classe, bem como nos sistemas de produção e nos arranjos institucionais (Harvey, 2011 [2010]).

5. Conclusões

O objetivo fundamental deste artigo foi mostrar como a expansão do capital fictício sob a forma de investimentos ou produtos financeiros (imobiliários e de varejo) está intimamente associada com a *urbanização extensiva* em regiões mineradoras, permitindo comparações entre diferentes realidades, como o Vale Huasco no Chile e a região da Serra de Carajás no Brasil. Por si só essa constatação evidencia a possibilidade de estudos, visando o aprofundamento de metodologias comparativas, investigações teóricas de processos e padrões urbanos semelhantes e o diálogo construtivo entre diferentes abordagens teóricas.

O caso da Barrick Gold e seu projeto Pascua Lama no Chile (Arboleda, 2015a), bem como o caso da Vale e seu Complexo de Carajás evidenciam uma tendência das indústrias de extração de recursos voltada à valorização de operações com o capital fictício. Esta orientação, tem determinado as práticas e estruturas de governança das empresas de exportação de *commodities* (minério, petróleo, agroindustriais etc.). Além disso, as estratégias financeiras adotadas pelos gestores corporativos de indústrias de mineração transnacionais, privilegiam cada vez mais retornos de curto prazo, com efeitos predatórios sobre o ambiente social e natural em suas imediações.

Outra questão importante, desenvolvida ainda de forma preliminar, diz respeito a forma como a *financeirização* das empresas de mineração está vinculada à expansão do tecido urbano e, de como esse processo extrapola a transformação do ambiente construído, e penetra na vida cotidiana, na relação dos trabalhadores e das famílias (Arboleda, 2015a). Além disso, os grandes fluxos de capital nas áreas de influência de indústrias de mineração tem mobilizado a expansão de atividades imobiliárias e de varejo, com grande impacto sobre o modo de consumo, hábitos e gostos da população, e tem promovido grandes alterações no ambiente natural, sobretudo com a inserção de atividades urbano-industriais de capital intensivo (mineração, agronegócio, produção imobiliária).

Por fim, a abordagem de níveis e da totalidade utilizada neste estudo, põe em perspectiva a rede dinâmica de relações estabelecidas entre lugares, tempos e atores em suas diversas escalas, assim como expõe o caráter extensivo do capital por meio da urbanização, seja através de redes físicas ou virtuais. Essas evidências podem tanto resultar em consequências devastadoras, como a massificação do consumo e da cultura, homogeneização da paisagem e o esgotamento socioambiental, como em um movimento de mudança para (re)construção e reprodução da vida, possíveis somente através, de um projeto igualmente *extensivo* de apropriação coletiva da cidadania, em seu mais amplo sentido (acesso à politização, cultura, arte, tecnologia, etc.); e da busca de uma relação mais consciente e amigável entre ser humano e a natureza.

6. Referências Bibliográficas

ARBOLEDA, Martín, 2015b. Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. Int. J. Urban Reg. Res., forthcoming.

ARBOLEDA, Martín. Financialization, totality and planetary urbanization in the Chilean Andes. Geoforum, [s.l.], v. 67, p.4-13, dez. 2015a. Elsevier BV. DOI:

10.1016/j.geoforum.2015.09.016. Disponível em:
<<http://api.elsevier.com/content/article/PII:S001671851530052X?httpAccept=text/xml>>.
Acessoem: 08 fev. 2016.

BRENNER, Neil, 2014. Introduction: urban theory without an outside. In: Brenner, Neil (Ed.), *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Jovis, Berlin.

BUNKER, S. Da castanha-do-pará ao ferro: Os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia*. Belém: NAEA, 2007b. p. 105-137.

BUNKER, S. Os Fatores Espaciais e Materiais da Produção e os Mercados Globais. In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia*. Belém: NAEA, 2007a. p. 65-96.

FIX, M. de A. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 236 f. Tese (Doutorado). Curso de Desenvolvimento Econômico. Unicamp, Campinas. 2011

HARVEY, David. *Enigma do Capital e as do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011[2010]. 235p.

HARVEY, David. *Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013[1982].

IBASE. *Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2014. 112 p.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2010.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. 3. ed. Belo Horizonte: Ufmg, 2008[1970]. 176 p

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.29-40, set. 2013. Trimestral.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes. 2011

MONTE-MÓR, R. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR 1994 (1994): 169-181.

MUXI, Z. *Ciudad Global*. Barcelona: Gustavo Guili, 2004.

OLLMAN, Bertell, 2003. *Dance of the Dialectic: Steps in Marx's Method*. University of Illinois Press, Urbana, Chicago and Springfield.

SILVA, H.; SANTOS, I. Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora. In: *Anais Do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2010. p. 1 - 13. Disponível em:<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A056.pdf>. Acessoem: 28 jan. 2016.

WYLY, Elvin K. et al. SUBPRIME MORTGAGE SEGMENTATION IN THE AMERICAN URBAN SYSTEM. *TijdVoor Econ & Soc Geog*, [s.l.], v. 99, n. 1, p.3-23, fev. 2008. Wiley-Blackwell. DOI: 10.1111/j.1467-9663.2007.00436.x. Disponível em: <<http://api.wiley.com/onlinelibrary/tdm/v1/articles/10.1111/j.1467-9663.2007.00436.x>>. Acessoem: 09 fev. 2016.